

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/07/2025 | Edição: 134 | Seção: 1 | Página: 23

Órgão: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Gabinete da Ministra

PORTARIA Nº 1.182, DE 16 DE JULHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo Judicial nº 0808979-62.2025.4.05.0000, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00239/2025/COREMNE/PRU5R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 91/2025/CIP/CGGA/CA/ADMV/GM.MDHC/MDHC, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51845, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1.531, de 16 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 244, Seção 1, pág. 120, de 19 de dezembro de 2024.

Art. 2º Restabelecer os efeitos da Portaria nº 2.498, de 23 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 248, Seção 1, págs. 54 e 55, de 27 de dezembro de 2005, que declarou anistiado político RAMIRO MARTINS post mortem.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 1.183, DE 16 DE JULHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo Judicial nº 0032764-34.2015.4.01.3400, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 01001/2025/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 98/2025/CIP/CGGA/CA/ADMV/GM.MDHC/MDHC, no Requerimento de Anistia 2002.01.10157, resolve:

Retificar a Portaria nº 2.456, de 2 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 235, pág. 58, Seção 1, pág. 58, de 3 de dezembro de 2008, para ratificar a condição de anistiado político de SEBASTIÃO PENHA FILHO, inscrito no CPF sob o nº XXX.248.358-XX, e conceder a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 8.004,80 (oito mil e quatro reais e oitenta centavos).

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 1.184, DE 16 DE JULHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 18.996/DF, do Superior Tribunal de Justiça, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00822/2025/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 97/2025/CIP/CGGA/CA/ADMV/GM.MDHC/MDHC, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03450, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 3.292, de 21 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 205, Seção 1, pág. 47, de 22 de outubro de 2013.

Art. 2º Restabelecer os efeitos da Portaria nº 1.474, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 140, Seção 1, pág. 43, de 20 de julho de 2012, que anulou a Portaria Ministerial nº 1.668, de 28 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 232, Seção 1, pág. 35, de 2 de



dezembro de 2002, que declarou JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES anistiado político.

MACAÉ EVARISTO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

